

Nordeste deve ganhar mais peso na Reforma Tributária



Segundo tempo. Plenário do Senado, em Brasília: configuração da Casa reduz peso que Sul e Sudeste tiveram na aprovação da Reforma Tributária na Câmara. Governo indica que apoia mudanças

REFORMA TRIBUTÁRIA Inversão de forças amplia influência do Nordeste para alterar texto no Senado

VICTÓRIA ABEL
victoria.abel@globo.com.br

A tramitação da Reforma Tributária no Senado — que será retomada nesta semana com o fim do recesso do Legislativo — terá uma inversão na correlação de forças políticas em comparação com as negociações na Câmara, onde a proposta de emenda à Constituição (PEC) foi aprovada no início do mês. Os estados do Sul e do Sudeste tiveram papel decisivo na aprovação do texto pelos deputados, com destaque para a atuação do governador de São Paulo, Tarciso de Freitas (Republicanos), contrariando o ex-presidente Jair Bolsonaro. Na Casa vizinha, no entanto, as modificações cogitadas pelos senadores terão maior influência dos estados das regiões Norte e do Nordeste, com mais ênfase nas questões federativas e com sinais de apoio do governo.

Na Câmara, os sete estados do Sul e do Sudeste, mais populosos, detêm metade (256) das 513 cadeiras. No Senado, cada unidade da federação tem três senadores, seja o Distrito Federal ou São Paulo. Sul e Sudeste só contam com um quarto das cadeiras enquanto os 16 estados de Norte e Nordeste somam 48 senadores,

60% do plenário. Entre eles, este o relator da PEC, senador Eduardo Braga (MDB-AM). Ao menos três pontos da proposta que unifica cinco tributos sobre o consumo em dois tipos de imposto sobre valor agregado (IVA) devem mudar no Senado: os critérios de decisão do Conselho Federativo, a divisão dos recursos do Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR) e o prazo de transição de 50 anos entre a atual cobrança de impostos na origem da empresa e a futura, no destino, onde o consumidor compra. Se o Senado alterar o texto, a PEC voltará para nova votação dos deputados.

REDUÇÃO DAS EXCEÇÕES
O governo quer ter a reforma promulgada até o fim do ano, afirmaram os ministros da Fazenda, Fernando Haddad, e do Planejamento, Simone Tebet, nos últimos dias, mas após correções do Senado. Um dos pontos encampados por alguns senadores que mais interessa à equipe econômica é a redução na quantidade de setores e produtos inscritos pelos deputados como exceções no texto para terem a alíquota do IVA zerada ou reduzida em 60%. A lista saiu da Câmara com serviços de educação, saúde e transporte; medicamentos e dispositivos médicos; produtos agropecuários e

de higiene pessoal; alimentos de cesta básica; e atividades artísticas e culturais. No sábado, Haddad indicou que vai se empenhar na redução das exceções para que a alíquota padrão do futuro IVA não seja alta. Ele prometeu enviar ao Senado, com a retomada dos trabalhos legislativos em agosto, um cálculo de quanto seria a alíquota com as exceções incluídas pelos deputados. Um estudo do Ipea estimou em 28% enquanto o governo previa algo até 25%. Antes do recesso, Braga havia declarado que cobraria situações da Fazenda, já que a alíquota só será definida após a promulgação da reforma.

— Nós vamos mandar no começo da semana, senão na próxima, na outra, já está ficando pronta (a simulação)... Vamos mostrar quanto custa, em termos de alíquota padrão, cada exceção. (...) Você vai acumulando as exceções até chegar numa alíquota padrão que desvia da desejada pela sociedade — afirmou Haddad, em entrevista à TV GGN. — Se está beneficiando um setor, tem que estar muito bem embasado, porque todo mundo vai pagar por isso. O governo também ficou incomodado com um trecho do texto aprovado que prevê que estados possam criar um novo imposto sobre produtos pri-

mários e semielaborados, para abastecer fundos para infraestrutura e habitação que hoje existem em Goiás, Pará, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso. Auxiliares de Haddad defendem a retirada do trecho, que avaliam ser "genérico", dando margem à cobrança de contribuições sobre produtos primários sem qualquer restrição. Nesse ponto, o ministro concorda com Braga, que já indicou intenção de retirar esse trecho para eliminar o que chamou, em entrevista ao GLOBO, de "inssegurança".

QUEDA DE BRAÇO FEDERATIVA
As discussões sobre a reforma devem ser retomadas amanhã, quando o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), reúne líderes partidários para o início dos trabalhos no Congresso. A expectativa é que, no mesmo dia, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) se reúna para formalizar Braga na relatoria. Também amanhã, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deve aprovar o plano de trabalho para análise da reforma. O colegiado não terá poder de decisão sobre a PEC, que passará apenas pela CCJ antes do plenário. A CAE, no entanto, vai promover audiências públicas e reunir informações para abastecer o relator e senadores que queiram pro-

por emendas à PEC. Segundo o senador Efraim Filho (União-PA), que coordena o grupo de trabalho da reforma na CAE, serão montados dois eixos principais de discussão: um para analisar o impacto nos setores produtivos e outro para examinar efeitos sobre a distribuição de renda. Um dos principais alvos dos senadores é o mecanismo que dá maior poder de decisão aos estados mais populosos no Conselho Federativo, colegiado que vai gerir a distribuição entre estados e municípios do futuro Imposto Sobre Bens e Serviços (IBS), que sairá da fusão entre ICMS e ISS. O mecanismo foi incluído pelo relator na Câmara, Aginaldo Ribeiro (PP-PB), para conquistar o apoio dos governadores e bancadas dos estados de maior população. Mas os senadores devem mudar para pesos iguais entre os estados, o que já é dado como certo até pelos representantes de Sul e Sudeste.

— O projeto tem um viés centralizador. Precisa de uma solução que evite um controle que pode ser suscetível a lobbies — critica o senador Espedito Amin (PP-SC). O senador Carlos Portinho (PL-RJ) avalia que o colegiado, como definido pela Câmara, é de "difícil composição". — É evidente que a Câmara jogou para cima sabendo

que no Senado o jogo de forças é diferente.

Pelo texto aprovado na Câmara, as 27 unidades da federação poderão indicar um representante para o Conselho Federativo. O conjunto dos 5.568 municípios nomeará outros 27, sendo 14 deles com base em um voto de cada município e 13 com peso proporcional às populações. As decisões terão que ser tomadas por maioria simples, mas, o grupo vencedor precisará representar 60% da população do país, considerando o resultado do Censo mais recente. Na prática, estados do Sudeste e do Sul teriam a capacidade de unidos, travar as deliberações.

— Senadores representam os estados em igualdade de cadeiras. No mínimo, será exigido o equilíbrio entre os votos — diz o senador Carlos Viana (Podemos-MG).

DEBATE 'INTENSO'

O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), que também se envolveu bastante nas negociações na Câmara, reconhece que o debate será mais difícil no Senado:

— Vamos participar das discussões para reforçar os pontos que tratamos na Câmara. E sei que serão intensamente debatidos no Senado.

Alfados de Tarciso de Freitas afirmam que ele ainda não tem planos de marcar presença em Brasília para conversar com os senadores, como fez na reta final da tramitação na Câmara. O governador de São Paulo encabeçou o pedido de alterações no relatório de Aginaldo Ribeiro e chegou a se encontrar com o ministro Fernando Haddad, seurival na eleição de 2022, despertando a atenção dos senadores. Intervenientes do governador dizem que ele se dedicou ao tema "para fazer o projeto andar", mas agora sabe que este é um assunto do Congresso.

Além das alterações no Conselho Federativo, os senadores consideram ainda diminuir o prazo de 50 anos de transição do sistema de imposto da origem para o destino. Também querem rever as regras de distribuição do Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR), que será um mecanismo de compensação aos estados por possíveis perdas de investimentos durante a transição do atual para o futuro sistema tributário. Um acordo entre Câmara e Senado propõe que os senadores aperfeiçoem essa parte da PEC, em conversas com governadores e prefeitos. O Comitê dos Secretários Estaduais de Fazenda (Consefaz) defende que a distribuição da verba do FDR seja pelo critério de PIB invertido, favorecendo os estados mais pobres. Governadores do Sudeste, mais ricos, do Sul e do Sudoeste, são favoráveis ao uso do cadastro do Boka Família nos cálculos.

— No Senado, precisamos aprimorar a reforma, equilibrando a federação e antecipar, quem sabe, o prazo para cobrança no destino — diz Renan Calheiros (MDB-AL). (Colaborou Vitor da Costa)

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Economia Pagina: 11